

INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO:

Jornalismo e Gênero:  
sim, isso é subversivo

Copyright © 2018  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

CLÁUDIA LAGO

*Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil*

ANA CAROLINA TEMER

*Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, Brasil*

*Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación*

MARLI DOS SANTOS

*Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, Brasil*

*Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación*

SADIA JAMIL

*Journalism Research and Education Section da IAMCR*

O feminismo, em suas inúmeras vertentes e perspectivas, é reputado como um dos mais potentes e transformadores movimentos sociais, especialmente no século XX. E se hoje não falamos mais de movimento feminista no singular, pois questionamos as definições que contrapõem um homem universal à mulher universal, se questionamos as normatividades (binárias, heterossexuais etc.), se incorporamos o conceito de gênero e percebemos pessoas situadas, em relação, a partir de indicadores de desigualdades os mais diversos – de onde podemos destacar os marcadores de raça, etnia e classe social, mas não só – é também graças a esses movimentos que podemos nos situar em outros polos. Em polos que reivindicam outros mundos, igualitários, mas que também exigem outros saberes, a partir de novas epistemologias, que não aquela fundada sob a égide do homem-branco-heterossexual-ocidental. Contrapondo-se a essas

epistemologias e valores que naturalizam a desigualdade, o campo de Estudos de Gênero tem desenvolvido pesquisas que trazem potentes diagnósticos desse mundo generificado, que propõem outras formas de percepção, outras miradas e que direcionam a ação, entrelaçando-se com os movimentos sociais de luta contra as desigualdades de gênero, sexuais, identitárias. Pesquisas que subvertem, junto com as ações, as lógicas hegemônicas – e que, portanto, também suscitam reações contrárias que buscam manter as ordens estabelecidas.

Até há pouco tempo, esse campo multidisciplinar, com trajetória expressiva no Brasil, estabelecia aqui uma relação não tão intensa com os estudos do Jornalismo – em que pesem iniciativas restritas, perceptíveis aqui e acolá. Assim, parte significativa da produção que relaciona o campo aos sistemas midiáticos, essencial para entendermos as construções de gênero no mundo contemporâneo, no Brasil tem sido feita em sua maior parte por pesquisadores-as da Antropologia, Sociologia, dos Estudos Culturais, da Linguística e Educação, especialmente.

Esse quadro principiou a mudar há pouco – tanto o interesse em desenvolver pesquisas na área, na proliferação de alternativas midiáticas aos grandes veículos (especialmente blogs e sites feministas, feministas negros e LGBT), quanto na eclosão de movimentos, contra o assédio principalmente, nas redes sociais e dentro das empresas de mídia, a exemplo do que já acontece internacionalmente há algum tempo.

A transformação foi sentida e colocada em circulação no campo da Comunicação, em particular nos Estudos de Jornalismo. A Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), desde 2016 aponta nessa direção, na escolha dos temas de seus congressos – os dois últimos em diálogo com as questões de gênero. A necessidade de aprofundar e ressaltar as pesquisas dentro do campo que pensam a relação Gênero e Jornalismo também foi sentida nas entidades internacionais, como o Grupo de Trabalho de Estudos de Jornalismo da Associação Latinoamericana de Estudos de Comunicação, que tem acompanhado o crescimento dos trabalhos sobre jornalismo e gênero, e atualmente se configura como tema permanente de uma das sessões do grupo. O mesmo quadro foi observado junto à Seção Jornalismo Pesquisa e Educação da Associação Internacional de Pesquisa em Mídia e Comunicação, que desde 2015 tem tido pelo menos duas sessões dentre as cerca de 20 de seus encontros anuais, dedicadas a pesquisas com questões de gênero como foco.

Como parte importante dessas iniciativas é que pensamos o dossiê Gênero e Jornalismo, que começou a ser gestado em 2016, em conjunto pelas entidades.

O dossiê parte do pressuposto de que o Jornalismo – em que pesem as diferenças culturais e sociogeográficas onde é exercido – é uma poderosa “tecnologia de gênero”, que reforça e naturaliza, além de colocar em circulação, um mundo calcado em valores que naturalizam privilégios e modos de ser de uma minoria. O jornalismo, por outro lado, não pode ser pensado como bloco homogêneo, e, sim, como sistema com contradições e brechas em que se podem construir e circular novas perspectivas.

Nesse sentido, a chamada para o Dossiê conclamava trabalhos que pensassem o Jornalismo a partir da perspectiva do Gênero, não apenas em relação à cobertura de veículos do *mainstream* e alternativos, mas também das relações nas redações, e os contributos que a perspectiva teórica poderia trazer para o estudo do campo.

A resposta foi surpreendente. Recebemos quase 40 propostas de artigos, o que indica a importância dos Estudos de Gênero no campo da Comunicação e do Jornalismo especificamente.

Depois de um árduo trabalho de seleção, foram aceitos 12 trabalhos para publicação no dossiê de Gênero e Jornalismo, e mais dois para publicação no decorrer de 2018, além de alguns textos que estão em fase de aprimoramento e que poderão ser incorporados à **BJR** em momento futuro. Pela primeira vez, uma edição é tomada integralmente por textos de um Dossiê.

Os textos selecionados são os mais variados em temáticas, abordagens metodológicas e perspectivas teóricas. Alguns decididamente vinculados ao campo de Estudos de Gênero, com a incorporação de parte importante de sua base bibliográfica, outros mais relacionados ao Jornalismo em si. Todos, no entanto, em medidas variáveis, articulam essas perspectivas bibliográficas e avançam na compreensão do Jornalismo enquanto espaço de construção de significados sobre o Gênero. Outro ponto importante a ser ressaltado é que a maioria dos textos relacionam-se a trabalhos de pesquisa realizados em centros de pesquisa e programas de pós-graduações, o que vem confirmar nossa intuição, como pesquisadoras envolvidas na seleção de trabalhos em congressos e revistas da área, de que a consolidação dos Estudos de Gênero na Comunicação relaciona-se ao impulso dado por novas gerações de pesquisadores-as identificados com essa temática.

O dossiê inicia com trabalhos que, tomando como exemplo produções do campo, pensam as possibilidades de um novo jornalismo, a partir do questionamento das lógicas produtivas generificadas. É o caso de Barbosa e Varão que em “Erro, Dúvida e Jornalismo Generificado: Um Olhar sobre a Cobertura de Estupro a Partir da Reportagem ‘A Rape on Campus’”, refletem sobre o Jornalismo ocidental a partir de contribuições de teorias feministas. O texto é mais radical, no sentido de ir mais fundo. Analisando o caso da reportagem “A Rape on Campus”, publicada pela *Rolling Stone* e depois retirada como equivocada, as autoras contrapõem um jornalismo feminista ao jornalismo hegemônico e suas reivindicações de objetividade e neutralidade. Na mesma frequência, Marocco e Veiga, em “O Feminino no ‘Livro de Repórter’: Uma Mirada Epistemológica de Gênero Sobre as Práticas Jornalísticas”, enfocam jornalistas e suas práticas em livros autorais, que oferecem alternativas a um jornalismo masculino, calcado em “modos de objetivação” no que as autoras indicam como um “jornalismo pós-moderno-complexo-feminino”.

Livros-reportagens também são objeto do olhar de Gonçalves e Medina que em “Signo da Relação e os Desafios das Narrativas Jornalísticas sobre as LGBT” analisam as possibilidades e os desafios de uma prática que garanta a sensibilidade necessária para narrar a vida e as relações de pessoas LGBT, para estabelecer um “signo da relação” que permita a narrativa complexa e cúmplice com esses sujeitos.

Ampliando o leque dos artigos que se voltam para questões LGBT, Feitosa, em “Um Jornalismo ‘Sui Generis’? Visibilidade, Identidades e Práticas Jornalísticas numa Revista Gay Brasileira dos Anos 1990”, analisa a revista *Sui Generis*, pensando em como esta se construiu a partir da valorização do “assumir-se” gay e das estratégias de negociação entre “identidades de gênero, orientação sexual, sexualidade etc.”, implicadas na construção. Guimarães retoma o pano de fundo, verificando em “A Dispersão dos Sentidos Acerca da ‘Lei Anti-Homofobia’ nos Jornais Brasileiros: Uma Investigação com Base na Análise de Categorização de Pertencimento” em que utilizando a metodologia mencionada, ilumina o jornalismo como “cena midiática em que interesses oriundos de campos sociais diversos se tensionam e estabelecem um jogo de conflitos e negociações” e de como os jornais, apesar de alinhados em editoriais com a proposta de Lei (arquivada), “no preparo da pauta, na convocação de personagens, na seleção das falas, favoreceram um posicionamento conservador e homogêneo”.

Simões dá continuidade à análise da cobertura idiática em “O Poder dos Media de Informação e as Políticas Públicas: A Construção Mediática do Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual”, em que a autora aponta como o tráfico de mulheres é visibilizado pela imprensa portuguesa, sem que com isso se avance em uma cobertura capaz de dar voz e lugar a outros sujeitos, especialmente às mulheres, “através de uma arena discursiva inseparável de um enquadramento criminológico e nacionalista” e, portanto, reducionista e desconectada de um potencial emancipatório.

Os limites da cobertura são enfocados ainda por Cardoso, Lima e Rocha, analisando o noticiário da chamada “Primavera das Mulheres” em que as mulheres brasileiras foram às ruas protestar contra a aprovação de projeto de lei que representava um retrocesso em relação aos direitos reprodutivos. Realçando revistas de referência, os-as autores-as identificam uma cobertura favorável ao movimento, mas restrita em termos das vozes selecionadas para entrevistas e fontes, além da pouca profundidade em relação à questão do aborto, centralmente em pauta.

Ao olhar para além dos veículos do *mainstream*, Medrado e Muller ampliam a perspectiva em “Ativismo Digital Materno e Feminismo Interseccional: Uma Análise da Plataforma de Mídia Independente *Cientista que Virou Mãe*”, trazendo à baila não apenas a relação entre ativismo materno e a netnografia de uma plataforma de mídia independente, mas especialmente problematizando como mesmo nesses espaços há que se refletir a inclusão de outras vozes a partir da perspectiva da interseccionalidade.

A maternidade continua como evento importante no texto seguinte, de Silva e Gonçalves, que em “O Discurso das Mulheres Fotojornalistas: Desequilíbrio entre Trabalho Remunerado e Maternidade como Apelo Profissional” analisam discursivamente entrevistas com profissionais da área, apontando para as dificuldades práticas de um campo profissional ancorado em uma perspectiva de gênero masculina.

As relações profissionais também estão no texto seguinte, “Respeita as Mina! Análise Discursiva sobre os Desdobramentos da Crônica “A Estagiária/ o Primeiro Dia de Trabalho de Melissinha”, do *Correio Braziliense*” em que Guazina, Moura, Calazans, Martinelle e Machado analisam os discursos veiculados a partir de crônica machista veiculada em jornal importante da capital federal. As autoras contrapõem os enunciados produzidos pelo jornal, pelas

corporações profissionais e pelas ativistas nas redações, mostrando os silenciamentos, as denúncias do machismo nas redações e os enfrentamentos propostos, nos discursos postos em circulação.

Deixamos para fechar o Dossiê com importantes artigos que partem da arena dos sentidos e olham para o que o público e outros-as atores-as têm a dizer. O trabalho de Stocker e Dalmaso em “A Cultura do Estupro Entra na Pauta: A Disputa de Sentidos entre Jornalismo e Leitores do *Diário Gaúcho*”, analisa os comentários reativos de leitores-as em reportagem que enfoca o assédio urbano, identificando como os sentidos se organizam a partir da ideia de culpabilização da vítima, naturalização do assédio como algo próprio dos homens, relativização do assédio e desqualificação da matéria, como sendo “de esquerda”, “ideológica” etc.

Castilho e Romancini em “Minas de Luta na Mídia: Enquadramentos e Percepções das Ocupações Escolares em São Paulo”, percorrem um interessante caminho metodológico, analisando como veículos de grande imprensa e independente enquadram a ocupação das escolas públicas de São Paulo pelos-as estudantes para, em seguida, por meio de grupo focal com algumas estudantes, entender as percepções dessas agentes sobre o movimento e, especialmente, a construção de suas imagens na mídia, aprofundando a discussão sobre as visibilidades e invisibilidades midiáticas em relação ao gênero.

Os textos aqui reunidos dialogam de outras formas, além da que propusemos. Outros recortes expositivos podem ser pensados. O mais importante, no entanto, é perceber como todos, de alguma maneira, colocam em cheque uma prática jornalística hegemônica. Nesse sentido, os textos são incômodos, pois questionam a incompletude dos próprios pilares da práxis, pois a denunciam como generificada, que enquadra e apaga as diferenças. Subversivos, portanto.

Esperemos que o Dossiê ajude a aprofundar a percepção sobre o Jornalismo mas, especialmente, ajude a apontar caminhos de ruptura e reconstrução dessa tecnologia de gênero.